

Semeando tempestades

O ministro Fernando Henrique Cardoso fez, ontem, apelo à Câmara dos Deputados para que vote o IPMF, que passou a ser a pedra angular do Plano Verdade. O chamamento — “ponham a mão na consciência” — traduz a rigor o tremedal em que se meteu o Executivo nas suas relações com o Congresso. Se a bancada paulista, como insinuou o governador Fleury, poderá votar o IPMF, o mesmo não se pode dizer de todas as bancadas estaduais de partidos que têm ministros no governo.

Antes da transformação do “governo congressional” em “governo institucionalizado” e da promessa de feudalização da administração federal, já se notava sensível má vontade dos deputados em razão de o ministro-chefe da Casa Civil não liberar a nomeação para os cargos de segundo e terceiro escalão. Agora, quando se imaginava que os ministros proveriam cargos à sua vontade, o mote dos tempos do governo Sarney passou a ser a moeda corrente de troca entre os desejos do Executivo e a disposição patriótica dos deputados. Tanto mais quando já se brada nos corredores que as nomeações em Minas Gerais não são entregues ao PMDB nos ministérios que possui, mas sim à sra. Ruth Hargreaves, assessora especial do presidente da República! É uma reação a um tempo *franciscana*, política e talvez machista — seja o que for, simplesmente impede a máquina governamental de andar na me-

dida em que, sem a aprovação do IPMF, segundo alguns, pouco se poderá fazer com o Orçamento.

Os deputados que votaram o pedido de urgência urgentíssima constituíam maioria suficiente para assegurar a votação do projeto na manhã de quinta-feira. Se não o fizeram, foi para demonstrar ao presidente da República e ao ministro da Fazenda que não aceitavam os cortes nas verbas que haviam incluído no Orçamento, não concordavam com o predomínio da sra. Ruth Hargreaves em assuntos que dizem respeito aos partidos e, também, que não viam com bons olhos o sacrifício a que se desejava expô-los perante seu eleitorado enquanto o Executivo não deixava de fazer política, gastando.

A última afirmação pode parecer exagerada. Cabe, pois — assinalando que o Congresso caminha celeremente para uma posição de total descrédito perante as demais instituições do País, em virtude da relutância que coloca em votar medidas que podem contribuir para pôr fim à crise —, ao mesmo tempo, apontar alguns passos do Executivo que podem facilitar a sabotagem do Plano Verdade quando os projetos de lei necessários à sua execução chegarem ao Congresso. Não será necessário lembrar a gafe em que se constitui até hoje a liberação de verbas para a Linha



Vermelha e o metrô de Brasília. A ela vêm somar-se, agora, outras duas, que constituem motivo de espanto, quando não de irritação entre os deputados. São solicitações de abertura de créditos extraordinários (feitas antes da apresentação do Plano Verdade e que a liderança do governo não teve o cuidado de solicitar ao presidente que as retirasse de discussão) para abastecimento de água em Fortaleza (Cr\$ 1,2 trilhão) e de amparo à indústria cinematográfica brasileira (cerca de Cr\$ 800 bilhões)! O líder do PFL na Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, resumiu o sentimento de muitos: “A leitura das propostas enviadas recentemente pelo governo está irritando os deputados!”

As culpas se repartem por igual, como se vê: do lado do Congresso, o “é dando que se recebe”, do qual o deputado Mussa Demis (PFL-PI) é um dos intérpretes: “O governo que busque votos nos partidos que está favorecendo” — e neles se incluíam o PSDB, o PDT da Linha Vermelha, o PP do governador de Brasília e o PMDB de São Paulo, favorecido com a relagem da dívida e um estranho acerto de contas. Do lado do Executivo, a liberação das verbas para Rio e Brasília, esses estranhos projetos para água e cinema que não

foram retirados a tempo, os acertos com São Paulo que despertam a ira dos demais governadores e, sobretudo, o não se saber quando serão enviadas ao Congresso, ou publicadas por decreto no *Diário Oficial*, as medidas legais que transformarão o Plano Verdade numa realidade e não numa declaração de intenções.

O Congresso será, como dissemos, o último juiz. Por isso, dever-se-ia esperar dele uma atitude mais patriótica, por ceda que a palavra possa parecer a muitos. Desgraçadamente, o espírito eleitoral tende a prevalecer — não se viu, outro dia, pedir-se ao ministro da Fazenda que enfrentasse os bancos privados para poupar a classe política e os governadores de Estado? Ora, a persistência nesse comportamento, em que a máxima mais que franciscana é vulgar (“Mateus, primeiro os teus!”), acabará por reforçar o sentimento contrário às instituições políticas daqueles que, como se viu pela pesquisa que publicamos ontem, por questionável que seja, simplesmente não acreditam nos políticos. Os senadores e deputados deveriam pensar um minuto que fosse, saindo da concha em que estão metidos, que é essa descrença na classe política, a falta de autoridade que grassa pelo País que alimenta mentes tortuosas e fora da história, as quais pensam que as soluções tipo Peru são possíveis, esquecendo-se do exemplo mais recente da Guatemala...